

SE HOVER FUTURO, ELE HÁ DE SER FEMINISTA:

cenário de design para o Rio Grande do Sul

IF THERE IS A FUTURE, IT MUST BE FEMINIST: design scenario for Rio Grande do Sul

LOCATELLI, Giulia; Mestra em Design

giulialocatelliesilva@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta um breve panorama das relações entre a crise climática, as estruturas de poder e as desigualdades sociais e de gênero, situando essas questões no contexto brasileiro das recentes enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Diante dessa problemática, tem como objetivo apresentar o argumento da adoção do design estratégico como uma abordagem para repensar e reconstruir cenários futuros mais sustentáveis e inclusivos, sugerindo também a utilização de uma perspectiva feminista para isso, compreendendo que ela pode não apenas desafiar as estruturas dominantes que perpetuam as desigualdades, mas também oferecer novos caminhos para enfrentar a crise climática de maneira mais eficaz e ética, buscando transformar não apenas o ambiente físico, mas também as estruturas sociais e políticas que o moldam.

Palavras-Chave: Cenário Futuro; Feminismo; Design Estratégico; Rio Grande do Sul.

Abstract

This article presents a brief overview of the relationships between the climate crisis, power structures, and social and gender inequalities, situating these issues in the Brazilian context of the recent floods that occurred in the state of Rio Grande do Sul in May 2024. Given this issue, its objective is to argue for the adoption of strategic design as an approach to rethink and rebuild more sustainable and inclusive future scenarios. It also suggests the use of a feminist perspective in this endeavor, understanding that it cannot only challenge dominant structures perpetuating inequalities but also offer new pathways to more effectively and ethically address the climate crisis, aiming to transform not only the physical environment but also the social and political structures shaping it.

Keywords: Future Scenario; Feminism; Strategic Design; Rio Grande do Sul.

1 Introdução: um presente distópico

Parece clichê iniciar o presente texto dizendo que o mundo hoje é palco de diversas crises simultâneas. No entanto, é importante enfatizar o fato de que essas crises são únicas e peculiares em se tratando de sua complexidade e abrangência em todo o globo terrestre. De acordo com o novo relatório da ONU Mulheres intitulado “Justiça climática feminista: um modelo para ação” (2023), o aquecimento global, crise mais conhecida e urgente mundialmente, amplia e agrava diversos outros problemas enfrentados na atualidade. Com grandes áreas do planeta se tornando impossíveis de viver, desigualdades intra e entre países irão se aprofundar. Essas desigualdades, o racismo, o sexismo e o nacionalismo acabam por se tornar ainda mais difíceis de combater à medida que a economia se deteriora. A violência também aumenta e os recursos se tornam mais escassos devido às mudanças climáticas. Aqueles que historicamente foram marginalizados e discriminados com base em classe, gênero e raça enfrentam um futuro sombrio enquanto lidam com o impacto dessas crises interligadas (ONU Mulheres, 2023).

No Brasil, questões como as citadas já são uma realidade enfrentada diariamente. A ocorrência de eventos climáticos extremos no país, atualmente, mais se parece com um cenário distópico de filmes de ficção científica ou, ainda, cenários futuros desenhados como exemplo do que os projetistas devem buscar evitar quando projetam. O fato é que esse não é mais o futuro, e sim o dia a dia de alguns muitos cidadãos brasileiros, cada vez mais afetados por essas tragédias. Por conta da sua vasta extensão territorial, o Brasil é um país de extrema vulnerabilidade às mudanças climáticas em suas mais variadas formas. O país tem acumulado, nos últimos anos, eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, em um curto período de tempo. Enquanto alguns territórios sofrem com o calor extremo e a seca severa, outros são devastados pelas chuvas intensas seguidas de inundações avassaladoras e deslizamentos de terra monumentais.

Quanto à origem desses fenômenos, cabe ressaltar que não se trata exclusivamente de eventos naturais, mas sim de catástrofes resultantes de eventos climáticos extremos que são uma consequência do impacto causado pelo sistema socioeconômico sobre o meio ambiente, agravados, ainda, pela ausência de políticas públicas eficazes para adaptação, que poderiam mitigar os impactos da crise climática e reduzir a desigualdade social. Contudo, em um país que tem como um de seus traços mais marcantes a disparidade social, são as comunidades mais vulneráveis, como as pessoas de baixa renda, as mulheres, moradores da periferia e pessoas pretas, que têm menos chances de sobreviver e se recuperar dos desastres desencadeados por esses eventos. Ou seja, o grupo que mais sofre com os impactos das mudanças climáticas tem cor, raça, gênero e geografia.

Em se tratando das diferentes formas como as mudanças climáticas afetam grupos com características e condições sociais distintas, é importante afirmar que catástrofes como as descritas reforçam e evidenciam ainda mais a vulnerabilidade das mulheres diante de uma sociedade que se estrutura em ideais patriarcais e machistas, sendo os impactos e as consequências sobre elas bastante desproporcionais. Ainda segundo o relatório da ONU Mulheres (2023), o desequilíbrio de poderes prejudica o acesso das mulheres a recursos, à tecnologia e às informações necessárias para

se adaptar ou se recuperar das mudanças climáticas, o que faz com que elas configurem também uma ameaça aos direitos básicos e fundamentais à vida, à saúde, à moradia digna, à alimentação e à existência como um todo.

É possível dizer então que o resultado do que se vive hoje parte de uma questão de visão de mundo, de naturalização e normalização do desastre, do caos, da distopia. Os desastres que ocorrem e, em especial, suas consequências, são um produto de “escolhas e omissões de grupos políticos e empresariais, que quase em sua totalidade atuam para manter os privilégios dos grupos dominantes” (BERTH, 2023, p. 19). Uma estrutura que tem suas raízes fincadas em um sistema patriarcal, machista, que tem em seu cerne o capital, o lucro e o benefício exclusivo de um seletivo grupo de pessoas em detrimento de outras. O recente fenômeno das enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, no mês de maio do ano de 2024, é um nítido exemplo prático das consequências de uma sucessão de decisões tomadas por governos que agem dessa forma. Além disso, essa catástrofe escancarou também a urgência e necessidade da adoção de novas perspectivas e de se tomar medidas imediatas e decisivas para enfrentar a crise climática de forma eficiente e sustentável, respeitando os limites do planeta e levando em consideração realidades diversas. Os dados, porém, mostram que, até então, os responsáveis pela tomada de decisão vinham optando pelo caminho inverso.

2 **Catástrofe anunciada: as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul**

O mês de maio no estado do Rio Grande do Sul escancarou na prática, nas ruas, nas casas e na pele a força e as consequências de um evento climático extremo para todo o Brasil. O ocorrido foi classificado pelo governo gaúcho como “a maior catástrofe climática” da história do estado (BBC, 2024), superando, inclusive, a famosa enchente de 1941 que aconteceu na cidade de Porto Alegre. A medida que a chuva intensa acontecia sobre boa parte do estado, as águas de arroios, córregos, riachos e importantes rios (como o Taquari, Caí, Jacuí, Sinos, Guaíba e outros) transbordavam de seus leitos e inundavam comunidades inteiras. A paisagem era caótica: casas engolidas pelas águas turvas da chuva, carros submersos, correntezas violentas, pessoas nadando, arriscando suas vidas em cima de telhados, lutando desesperadamente para escapar do avanço da inundação, salvar entes queridos e os poucos pertences que conseguiam. Equipes de resgate e voluntários mobilizaram-se freneticamente durante dias e noites para encontrar, acolher e salvar o que fosse possível. Assim se sucedeu por muitos dias, ininterruptamente, por todo o estado.

Além dos resgates, algumas ações emergenciais e de ajuda imediata começaram a surgir (e seguem acontecendo), tanto por parte da população quanto dos governos municipal, estadual e federal, como a abertura e organização de abrigos (para famílias, animais de estimação e exclusivos para mulheres e crianças). Iniciativas (comunitárias e de outros governos estaduais) de recuperação e assistência às comunidades afetadas também foram criadas, abrangendo desde doações em dinheiro até a distribuição de roupas, cobertores, kits de limpeza e higiene, água e diversas outras

necessidades. Inúmeros mutirões de limpeza e de reconstrução e a distribuição direta de auxílios financeiros para os afetados também ocorreram e seguem em atividade.

A escala da tragédia é avassaladora, e o cenário, de guerra. Conforme as águas foram recuando (depois de atingirem níveis recordes), revelaram uma paisagem de destruição e desolação. Infraestruturas danificadas, pontes arruinadas, casas e estabelecimentos destruídos, vidas, memórias e sonhos perdidos. Cenas de muito desespero e desamparo. Muitas vezes a realidade se apresentou tão complexa e a sucessão dos acontecimentos parecia ser tão surreal que aparentou não ser possível acreditar no que estava acontecendo ou imaginar o que ainda poderia estar por vir, tamanha destruição. A tragédia (ambiental, social, política e econômica) que acometeu o Rio Grande do Sul não foi, ela segue, está sendo. A cada nova chuva no estado muitas paisagens voltam a ser destruídas e inundadas. Ainda há muito a ser feito em termos de reconstrução e, concomitantemente, de prevenção a novos desastres.

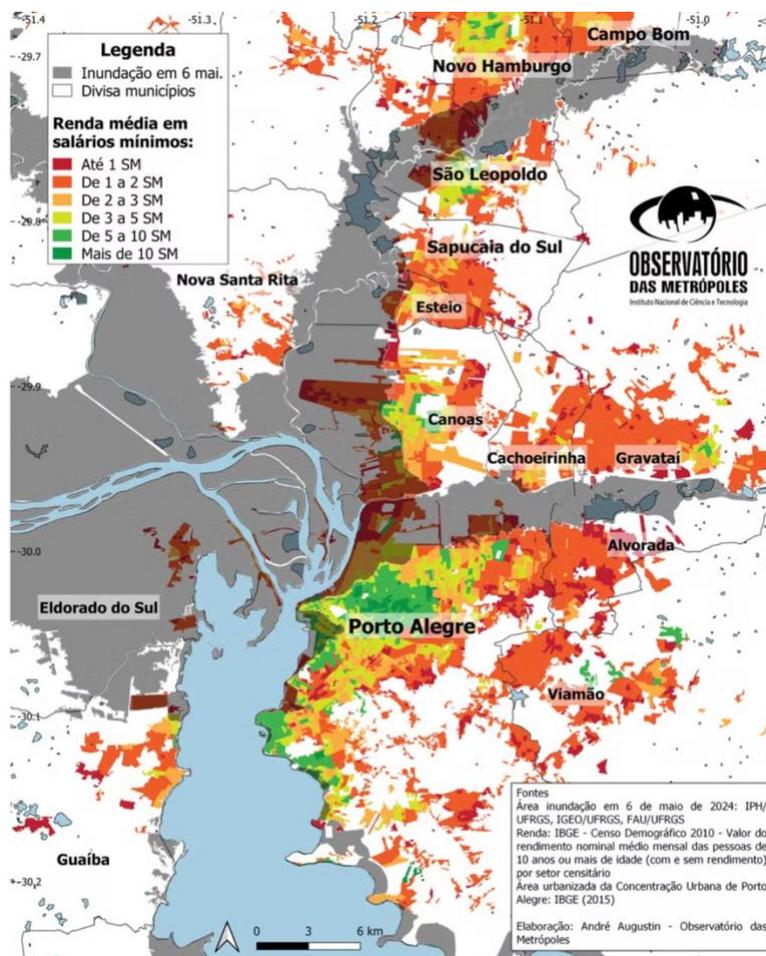
Pensar em um futuro de reconstrução para o estado nesse contexto exige que se olhe, também, para um passado recente. Apesar da aparente surpresa, tamanha a dimensão e proporção dos acontecimentos, sinais, estudos e avisos não faltaram em alertar as autoridades acerca dos riscos que o Rio Grande do Sul corria. Há tempos que esses fenômenos acontecem e apresentam-se como um alerta grave e urgente acerca da vulnerabilidade do território gaúcho (brasileiro e mundial) às mudanças climáticas. No entanto, muitos governantes escolheram ignorá-los, negligenciá-los ou, ainda, tomaram medidas que os favoreciam ainda mais. Para exemplificar essas condutas, apresentam-se alguns breves e significativos exemplos. No ano de 2019, o ex-prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior (PSDB), perdeu o prazo de uma verba milionária que seria destinada às obras de prevenção às enchentes (MATINAL, 2024). O atual prefeito da cidade, Sebastião Melo (MDB), por sua vez, não fez nenhum investimento em prevenção às enchentes no ano de 2023 (CARTA CAPITAL, 2024). Enquanto isso, o atual governador do estado, Eduardo Leite (PSDB) flexibilizou as políticas ambientais do estado sob a finalidade de favorecer a irrigação (GZH, 2024) e destinou 0,2% dos recursos propostos pela lei orçamentária para políticas públicas de adaptações climáticas (UOL, 2024).

É notável que em nenhum dos casos citados os eventos climáticos extremos eram prioridade dos governantes. Isso porque as bases desses governos reside em trabalhar em prol de interesses próprios, dos interesses de quem financia suas vidas, do neoliberalismo, do agronegócio, dos combustíveis fósseis, da extração de recursos naturais, da especulação financeira e imobiliária e do sucateamento dos serviços públicos, a fim de privatizá-los em seguida. Logo, a partir desses exemplos e de tantas outras tomadas de decisão que caminham em direção ao extremo oposto à sustentabilidade, vê-se as consequências dessas escolhas hoje, culminadas na maior enchente já vista no estado: 478 municípios afetados (de um total de 497 cidades gaúchas), 10.485 pessoas ficando em abrigos, 388.781 pessoas desalojadas, 2.398.255 afetadas, 806 feridas, 34 desaparecidas e 178 óbitos confirmados (dados atualizados pela Defesa Civil em 24/06/2024).

A tragédia e sua dimensão só tomaram esse tamanho por conta da negligência humana, dos governos e do sistema como um todo. Os números são impactantes, mas mesmo assim não

transmitem a dimensão real do acontecimento. Uma matéria divulgada pelo GZH (2024), apresenta um estudo do Observatório das Metrópoles, do Instituto Nacional de Ciência e tecnologia (INTC), que mostra que as áreas mais atingidas são aquelas que concentram mais pessoas de baixa renda. Na análise, realizada pelo pesquisador André Augustin, do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrópoles, um mapa cruza os dados de renda (do Censo Demográfico de 2010) com as inundações (em cinza) que aconteceram na capital do estado, Porto Alegre, e em cidades da região metropolitana (Eldorado do Sul, Guaíba, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo). No mapa (figura 1), em vermelho estão representados os locais onde vivem pessoas com rendimento mensal médio de até um salário-mínimo. Em laranja, até três salários-mínimos, e em verde são os pontos onde moram pessoas com rendimento maior a três salários-mínimos.

Figura 1 – Área mais atingidas pelas cheias dos rios em Porto Alegre e região



Fonte: Observatório das Metrópoles (2024)

De acordo com o pesquisador “nem todos os bairros mais pobres foram atingidos, mas todos os mais atingidos eram pobres”. Ou seja, a pesquisa reforça a percepção de que a crise climática costuma afetar de maneira mais severa as populações mais vulneráveis socioeconomicamente, que muitas vezes se vê obrigada a residir em áreas de risco, como nas margens dos rios. Além do

rendimento, o estudo também destacou a relação entre cor e raça com as regiões alagadas, e concluiu que os bairros mais afetados têm uma proporção maior de pessoas pretas e pardas.

Diante dessas circunstâncias e sob essas governanças, acredita-se que as medidas de reconstrução do estado sob a ótica e conduta adotadas até aqui tendem a ser definidas a partir das agendas dos complexos geopolíticos e econômicos envolvidos, incluindo a origem dos investimentos, os interesses das empreiteiras e fornecedores de serviços, e os atores com alto poder de decisão. Nestes processos, é comum que as comunidades afetadas tenham pouco ou nenhum espaço para participar das decisões. Sob esses ideais acredita-se que, em uma perspectiva de futuro, ele tenderá a seguir propiciando catástrofes ainda maiores e a findar com a vida humana e a sociedade como se conhece hoje de uma forma mais rápida do que se é capaz de imaginar.

A situação em que se chegou sob o domínio e o governo de um grupo específico de indivíduos, dentro de um sistema enrijecido e fechado em si mesmo escancara a urgência por novas figuras, perspectivas e caminhos de modo emergencial, especialmente por conta do importante e necessário papel que essas instituições terão na reconstrução do estado. Para isso, a mudança precisa ser transversal, na raiz, caso contrário se estará, mais uma vez, reproduzindo o sistema vigente: criado para explorar, massacrar e excluir determinados povos e territórios específicos. Há a necessidade também de não ser exclusivamente pessimista (por mais que o contexto torne isso difícil), é preciso apresentar condições para uma construção futura, de engajamento para sair da situação em que se encontra, tirando o homem ocidental do centro das decisões e de um lugar hegemônico, buscando perspectivas outras, marginalizadas, dialógicas, que vejam o mundo sob outra ótica. Em se tratando dessa emergência, diversas áreas e disciplinas são capazes de, juntas, promover inovações nesse sentido (como a arquitetura, a engenharia, o design, a biologia, o direito e a economia). Este estudo argumenta que o design, mais especificamente o design estratégico, tem o potencial de estimular reflexões e provocar mudanças significativas nesse contexto, através do engajamento em diálogos, participação coletiva, desenvolvimento de cenários futuros e abertura para abordar questões do mundo contemporâneo.

3 Design estratégico e cenários futuros

Com base no diagnóstico da necessidade de se pensar um outro horizonte de futuro, a partir de abordagens que aceitem trabalhar sob perspectivas não hegemônicas, o design estratégico (MAURI, 1996 ; ZURLO, 1999; CELASCHI, 2007; DESERTI, 2007; MERONI, 2008; VERGANTI, ; ZURLO, 2010) surge como um aliado projetual capaz de contribuir com esse desafio. Junto com as mudanças e novas urgências que a sociedade apresentou nos últimos tempos, as demandas e responsabilidades do profissional em design, não coincidentemente, também vem se transformando. Isso porque a área precisou reconsiderar suas responsabilidades, metodologias e oportunidades, passando a desenvolver novos modos de operação. O designer que anteriormente ocupava-se de um ofício voltado exclusivamente para a indústria, focado em inovações técnicas e

desenvolvimento de produtos e projetos gráficos, hoje se vê obrigado a adotar novas formas de pensar, projetar e se posicionar. Se anteriormente ele atuava exclusivamente no campo do produto, do gráfico, e da moda, hoje ele passa a atuar também na criação de novos significados e projetos com foco na melhoria da qualidade social, sob diálogos contínuos com diversos atores, buscando contribuir para o bem coletivo (FREIRE, 2017).

A estratégia surge para o design como causa e efeito desse processo coletivo e participativo destinado a transformar a realidade, o que, para Francesco Zurlo (2010) são elementos frequentes em suas práticas, operando “como uma atividade de projeto” (ZURLO, 2010, p.13), orientando o desenvolvimento de estratégias em organizações e comunidades (ZURLO, 2010). Por isso o autor o nomeia “design estratégico”. Esse agir estratégico, somado a multiplicidade de atores e ferramentas utilizadas, é o que auxilia na inovação em produtos, sistemas e serviços, somados à um constante exercício executado pelo profissional em design de questionar a normalidade e os métodos utilizados a depender dos fins e propósitos projetuais.

Segundo Zurlo (2010), o design estratégico é capaz de projetar em meio a contextos conflituosos e que estão em constante mudança por conta das suas capacidades de “ver”, “prever” e “fazer ver”. Para o autor, “ver” surge da prática e compreensão do designer de captar a essência das coisas e do seu entorno através de uma observação reflexiva da realidade, percebendo fenômenos que vão além da superfície visível. “Prever”, por sua vez, implica interpretar e antecipar aquilo que pode ser abordado e projetado em futuras realidades a partir de suas observações anteriores, compreendendo as mudanças e os comportamentos socioculturais, orientando o desenvolvimento de cenários futuros. Já “fazer ver”, por fim, “torna visível o campo do possível e é um instrumento potente de aceleração no processo de decisão” (ZURLO, 2010, p. 9), transformando as produções do processo de prever em experimentos. O design estratégico, portanto, não faz ver somente cenários futuros possíveis, mas emprega essa capacidade para estruturar e elucidar os dados contextuais, fundamentando decisões para o futuro (ZURLO, 2010).

O desenvolvimento de cenários futuros, prática mencionada, é frequente em atividades projetuais de design. De acordo com Franzato et al “o processo de construção de cenários é o trabalho especulativo de simulação de futuros possíveis, por meio de atividades de observação, previsão, antecipação e representação, para permitir que esses atores ensaiem sua operação futura” (2023, p. 115). Para o design, essa prática pode significar um processo exploração da imaginação, situando a prática projetual não apenas no presente, mas em um espaço-tempo alternativo, futuro, deslocando-o para uma realidade outra (FRANZATO et al, 2023).

Manzini e Jégou (2006) definem os cenários, quando empregados como uma ferramenta para facilitar o processo de design, como “cenários orientados pelo design”. São “conjuntos de visões motivadas e articuladas, que visam catalisar as energias dos diversos atores envolvidos no processo de design, para gerar uma visão comum e desejavelmente orientar suas ações na mesma direção” (p. 193). Os autores ainda salientam que em um contexto turbulento, com mudanças necessárias e emergenciais, onde os processos de design e produção dependem da colaboração de múltiplos atores, tal técnica se revela como uma ferramenta eficaz para promover a inovação e dar

suporte nas decisões. Dado o contexto relatado nas seções anteriores do presente estudo, práticas de desenvolvimento de cenários futuros parecem fazer sentido em se tratando de ações necessárias a serem desenvolvidas para lidar, prevenir e mitigar a crise climática.

Para que isso aconteça, os autores enfatizam que o cenário deve incluir três elementos essenciais em sua estrutura: uma visão, uma motivação e uma proposta. A visão corresponde à questão básica de “como seria o mundo se...?” propondo um panorama do estado das coisas caso determinados eventos ocorressem. A motivação é, de acordo com os autores, o que legitima e dá sentido a construção de um cenário quando responde “por que esse cenário é significativo?”. Ela o faz ao elucidar o que se deseja avaliar por meio da sua elaboração, quais são as premissas adotadas, quais condições foram levadas em conta e, por último, como serão avaliadas as diversas alternativas propostas. Por último, a proposta diz respeito à profundidade, viabilidade, consistência e capacidade de implementação do que foi relatado na visão. Questionamentos como “de que maneira se articula corretamente a visão? Quais são os seus elementos? Como se pode implementá-la?” norteiam esse componente. (MANZINI, JEGOU, 2006).

Ao desenvolver cenários futuros, o designer deve levar em consideração diferentes perspectivas e possibilidades, sendo utilizado como ferramenta para a promoção de diálogos e o compartilhamento de diferentes visões entre os atores envolvidos em um projeto (MERONI, 2008). Para Reyes, essa ação faz “ver um futuro através de uma construção imaginária que está apoiada em fatos e eventos atuais” (2016, p. 46), atuando como orientadora de caminhos a serem seguidos, podendo ser utilizados para viabilizar, justificar e respaldar decisões projetuais. Moutinho (2006) o compreende como uma oportunidade de exercitar a liberdade, permitindo ao indivíduo que se liberte das limitações e incertezas da realidade e adquira o direito de desafiar os modelos mentais já estabelecidos. Essa iniciativa, quando internalizada, pode vir a transformar-se em uma postura em relação ao mundo (HARTMANN; FRANZATO, 2012).

A partir da compreensão do papel e da atuação do design estratégico e, mais especificamente, da prática de desenvolvimento de cenários futuros, entende-se que esse é um caminho possível para se pensar e projetar cenários para o futuro do estado do Rio Grande do Sul e de outros territórios que sofrem com as consequências da crise climática. No entanto, é necessário atentar-se aos pontos de vista adotados, para que esses desenhos de futuro não sigam carregando símbolos, perspectivas e valores presentes nos sistemas que dominam a realidade vigente. Para evitar essas condutas, Joice Berth (2023) acredita que o caminho seja a conscientização no ato de projetar, refletindo acerca das formas, discursos e vozes que narram esses futuros imaginados.

4 A utopia do feminismo como um horizonte de futuro

Em meio à uma realidade que mais parece distópica, imersos em um contexto catastrófico, onde ocorrem desastres seguidos de outros desastres ainda maiores, a necessidade de uma mudança de paradigma se faz urgente. Em se tratando de perspectivas de futuro, entende-se fazer

sentido caminhar em direção oposta à realidade vigente: a utopia. As utopias fazem refletir sobre o que é necessário para alcançar um ideal, uma visão de um mundo melhor. Silva, Bentz e Franzato entendem a utopia “como um espaço de senho e de imaginação, por excelência, verdadeira força motriz para inovação em termos de conceitos e valores” (2019, p. 167). O presente estudo argumenta que, em um horizonte de futuro utópico, o feminismo é compreendido como um paradigma de ação. Isso porque, antes mesmo de se propor mudanças práticas, é preciso fortalecer e estruturar uma mudança de discurso, de perspectiva e de raciocínio nas proposições, uma nova conduta com base em valores coesos ao combate à crise climática e às consequências dela sobre as comunidades e à natureza.

O feminismo é aqui compreendido como um movimento que combate o sexismo, a exploração sexista, a opressão (HOOKS, 2019) e o patriarcado. O patriarcado, já mencionado anteriormente, é o sistema que tem como base estrutural a figura do homem, sob o qual a vida em sociedade é moldada a partir de uma perspectiva exclusivamente masculina (BRUM, 2020). No sistema patriarcal, os homens ocupam as posições de poder e controle. Suas experiências, interesses e valores são normativos e predominantes, enquanto essas mesmas questões quando das mulheres e de pessoas com outras identidades são marginalizadas, desconsideradas e subordinadas, o que vem a influenciar inúmeros aspectos da vida social, política, econômica e cultural, moldando comportamentos e estruturas. O movimento feminista é responsável, então, “pela produção de outras perspectivas de futuro e de sociedade” (FRANCO, p. 7), tendo as mulheres como interlocutoras dessa transformação. Isso porque, como descreve Simone de Beauvoir, “a representação do mundo, como o próprio mundo, é obra dos homens, eles o descrevem a partir de seu ponto de vista, o que confundem com a verdade absoluta” (2020, p. 203). O feminismo, portanto, busca denunciar uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença” (RAGO, 2023, p. 374).

Diniz e Gebara (2022) apontam que o feminismo ganha status de utópico não por ser impossível, na interpretação das autoras, mas sim porque apresenta uma realidade inimaginável ao sistema patriarcal. Adotar uma perspectiva feminista para a construção de um futuro significa antecipar posturas utópicas em relação aos fatos atuais. Isso envolve antecipar um sonho de uma sociedade melhor para todas as pessoas, especialmente para aquelas que sofrem nas mãos dos detentores de poder (no caso específico da situação do Rio Grande do Sul, as comunidades mais vulneráveis, as mulheres e as pessoas pretas). Nesse contexto o feminismo não apenas oferece uma análise crítica, mas também representa um movimento progressivo para modificar instituições, leis, políticas e práticas, visando causar uma interrupção do imaginário coletivo e construir perspectivas outras de futuro e de sociedade, desafiando as estruturas dominantes e rompendo com os modelos projetuais vigentes.

A partir dessas definições surge o questionamento de como e do porquê a adoção de uma conduta feminista diante de uma construção de futuro para o Rio Grande do Sul pode fazer sentido. Ou, ainda, de que forma isso poderia evitar que o cenário em que o estado se encontra hoje viesse a se concretizar. Essa questão está diretamente conectada às estruturas de poder e às figuras

representativas do poder e suas tomadas de decisão. Em se tratando de poder e suas disputas, o caso específico da cidade de Porto Alegre é um exemplo explícito de como, com outra conduta e representação, a situação poderia ser diferente do que é hoje, inclusive em relação às ações de prevenção às enchentes.

Acerca do exemplo supracitado, é essencial lembrar que, em meio à catástrofe vivida em maio de 2024 no RS, voltou a circular na internet e em outros meios de comunicação, trechos da campanha eleitoral de 2020 na capital gaúcha (FORUM, 2024). Naquele ano, dois candidatos à prefeitura de Porto Alegre concorriam ao segundo turno, Manuela D'Ávila (jornalista, escritora e política feminista, filiada ao Partido Comunista do Brasil, PCdoB) e Sebastião Melo (advogado e político brasileiro, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro, MDB, e atual prefeito da cidade). A campanha em questão foi marcada por uma série de *fake news* contra a candidata. Enquanto ela buscava apresentar suas propostas (com inúmeras delas dedicadas ao direito das mulheres e, inclusive, ao combate à crise climática e às cheias do Guaíba), seu oponente circulava com carros de som em bairros periféricos alegando que, em caso da sua derrota, a cidade de Porto Alegre viraria a Venezuela, carne de cachorro seria oferecida à população e igrejas seriam destruídas, afirmou Manuela em entrevista (isso tudo somado às ofensas e ameaças pessoais) (PCdoB, 2020).

Acerca de seus planos de governo, cabe ressaltar também que, em suas propostas, Sebastião Melo sequer menciona a palavra mulher ou mulheres, crise climática, gênero, racismo, igualdade e equidade, assim como não se aprofunda em temas relacionados à sustentabilidade e ao meio ambiente. Manuela D'Ávila, por sua vez, possui uma seção do seu plano intitulada "Cidade das Mulheres", onde apresenta propostas dedicadas à proteção e ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, geração de emprego e políticas de saúde da mulher. Ela também se dedica a questões relacionadas ao racismo na seção "Porto Alegre de todas as cores, território livre do racismo". E há também um trecho dedicado à "Cidade Verde", onde a política revela o desejo de elaborar um plano de mitigação às mudanças climáticas para a realidade de Porto Alegre, além de projetos relacionados especificamente à drenagem urbana e enfrentamento dos alagamentos (extremamente necessários, vide a catástrofe descrita anteriormente).

Esses episódios, entre tantos outros, dão a dimensão e são exemplos de como uma sociedade patriarcal, machista, sexista e negacionista atua e quais as consequências da desinformação sobre toda as pessoas. Portanto, entende-se que colocar o feminismo como base para se pensar o futuro se faz imprescindível para evitar que situações como essa voltem a ocorrer. Isso porque a renovação de perspectiva e de abordagem para se pensar uma transformação de realidade é essencial para impulsionar a mudança que se almeja. O design, por sua vez, com sua capacidade imaginativa, transformadora e criativa, é uma área do conhecimento que pode ofertar à sociedade artefatos e criações que direcionem e possibilitem essa transformação rumo um futuro mais próspero (SILVA; BENTZ; FRANZATO, 2019).

Contudo, o design estratégico não dá conta de criar todo um novo sistema para transformar a realidade. No entanto, ele tem a capacidade de operar e contribuir com sistemas outros, como o feminismo. Ainda que seja uma forte característica dessa disciplina promover

diálogos e desenvolver cenários futuros, os indivíduos que desempenham o papel do designer nesse contexto ainda são muito semelhantes entre si, o que propicia a reprodução do que se observa em uma sociedade que se estrutura no patriarcado. Contudo, há um potencial transformador em adotar uma conduta feminista nas práticas de design, de acordo com Zacar, Jaco e Pandini (2022), já que o feminismo questiona concepções universalistas e pretensões de neutralidade, estimulando uma reflexão sobre modos de projetar que desafiem as assimetrias de gênero e contribuam para transformar as relações sociais.

Alguns estudos já abordam e discutem a relação das práticas de design e design estratégico com o feminismo (BARDZELL, 2018; ZACAR; JACO; PANDINI, 2022; LOCATELLI, 2023; LOCATELLI; FREIRE, 2024). Locatelli e Freire (2024) argumentam que operar por uma perspectiva feminista no design significa agir com base nos seguintes princípios: colocar em primeiro plano as vozes dos grupos marginalizados pelo patriarcado; estimular, dentro dos projetos, a escuta, o diálogo, e a participação ativa dessas pessoas; evitar a estereotipação e as suposições; questionar as estruturas dominantes e enfatizar as interseccionalidades e particularidades dessas pessoas. As autoras ainda afirmam que ações projetuais de design estratégico que operem por esse viés devem se empenhar em romper estrategicamente com o status patriarcal predominante nos projetos, lidar com e dismantelar as opressões enfrentadas pelas mulheres, promover a diversidade de corpos, origens e ferramentas, fomentar o debate e implementar propostas visando criar novas possibilidades de organização social.

Acerca da projeção de futuros, de acordo com relatório da ONU Mulheres, a visão da justiça climática feminista aspira a um mundo onde todos possam desfrutar plenamente dos direitos humanos, livres de discriminação, enquanto prosperam em um planeta saudável e sustentável. Ao se projetar um mundo funcional para todos, é crucial incluir as mulheres no debate. Se as decisões que impactam a todos forem tomadas exclusivamente por homens, cria-se uma lacuna de dados significativa (PEREZ, 2022). Portanto, compreende-se que a conscientização feminista é fundamental no processo de tomada de decisões, escolhas e projetos. Os detentores desse poder, em união às comunidades, devem estar atentos às formas que utilizam e aos discursos que promovem através de suas escolhas, sendo esse um momento essencial para questionar e desafiar o senso comum arraigado que tem influenciado livremente o cenário em que se encontra.

Com base na teoria pioneira de Nancy Fraser, o relatório da ONU Mulheres (2023) propõe que um futuro que preze pela justiça climática feminista exige as seguintes condutas: o reconhecimento e o respeito de diversas identidades, experiências e formas de conhecimento; a redistribuição de recursos; e a representação e participação significativa das mulheres e dos grupos marginalizados na tomada de decisões relacionadas com o clima. Isso compreendido, reforça-se o fato de que feminismo possibilita que aqueles antes negligenciados possam falar por si mesmos e serem ouvidos (TIBURI), atuando como um convite ao diálogo, assim como ocorre no processo de construção de cenários. Logo, em se tratando de um futuro para o Rio Grande do Sul após as enchentes de maio de 2024, é imprescindível se pensar a partir de cenários futuros feministas.

5 Cenário futuro feminista

A fim de que a realidade seja transformada, é preciso “desimaginar” esse mundo já estabelecido e imaginar novas formas de viver, com outros valores e novas possibilidades de organização. Para Leslie Kern, a criação de cenários e a idealização de realidades distintas “significa o processo de imaginar e criar espaço(s) onde as coisas podem se desenrolar de outra maneira” (2021, p. 84). Reyes (2015), por sua vez, afirma que “é na cocriação que a utopia é viável”, ou seja, o desenvolvimento de cenários futuros necessita ser realizado de maneira plural e dialogada, cocriado por e para aqueles que enfrentam diariamente a dura realidade das cidades brasileiras. Cabe ainda retomar a ideia de que o feminismo possui um caráter utopista, como como Eduardo Galeano, citando Fernando Birri, apresenta em sua obra “As palavras andantes” (1994):

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar” (p. 310).

No contexto das crises citadas e exemplificadas no decorrer deste trabalho, entende-se que não há mais espaço para soluções que fujam dessa lógica. Trabalhar sob uma lente feminista significa propor dinâmicas não-neutras ou imparciais, em um processo de conhecimento construído através da interação entre indivíduos, num diálogo crítico, confrontando perspectivas, teorias e hipóteses tendenciosas (RAGO, 2023), sendo suporte para dismantelar a dominação e a adoção de um viés único. Dessa forma, afirma-se que a construção de cenários futuros feministas tem como propósito a visualização e tangibilização de um futuro baseado na “esperança feminista”. Essa expressão, que intitula a obra de Diniz e Gebara (2022), representa uma visão otimista e proativa em relação à promoção dos direitos das mulheres e à transformação das estruturas sociais que sustentam a sociedade, estranhando o presente e agindo para um futuro distinto. Assim se faz através de um exercício imaginativo, especulativo, em que se questiona o que poderia ser diferente, como se dariam as relações, o que se deve romper e quais condutas adotar.

Logo, a partir da arquitetura de cenários futuros orientados pelo design (mencionada anteriormente), apresentada por Manzini e Jégou (2006), composta por uma visão, motivação e propostas, o que se apresenta aqui é um exercício, ainda em estado embrionário, de desenvolvimento de um cenário futuro para o estado do Rio Grande do Sul a partir de uma perspectiva feminista. A figura abaixo (2) resume os componentes desse cenário:

Figura 2 – Arquitetura de um cenário futuro feminista para o RS

VISÃO: um cenário futuro feminista para o Rio Grande do Sul pós-enchentes é caracterizado pela inclusão, empoderamento e transformação nas lideranças em todas as fases de reconstrução e do desenvolvimento sustentável. Um futuro onde as mulheres, pessoas com menor poder aquisitivo, as periferias, as pessoas pretas, os idosos e as crianças têm os seus direitos levados em consideração, com oportunidades iguais e acesso a recursos necessários para uma vida digna.

O espaço urbano, nessa realidade, é pensado por e para todos, sendo a segurança, o acesso, a livre circulação e a moradia um direito, e não um privilégio. O meio ambiente e a crise climática não são pautas negligenciadas, e sim entendidas como também detentoras de direitos e necessidades emergenciais, coexistindo em harmonia com a sociedade e os centros urbanos.

MOTIVAÇÃO: urgência em combater as desigualdades estruturais que afetam grupos não pertencentes aos privilegiados por um sistema patriarcal, machista, negacionista climático e capitalista (desigualdades essas ainda mais acentuadas em momentos de crise, como o vivido). Necessidade de adoção de medidas emergenciais em se tratando do manejo, prevenção e mitigação da crise climática e suas consequências. O enfrentamento das desigualdades sociais, a garantia de moradia, educação e acesso à saúde, a promoção da participação política em todos os níveis, o combate à violência de gênero e à violência em geral. A busca por estratégias e condutas que trabalhem por um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que reconhece e valoriza contribuições de perspectivas e vivências outras como a das mulheres periféricas, para a economia, cultura e meio ambiente, introduzindo outros perfis (que não apenas o homem branco cisgênero, heterossexual, de classe média alta) nos lugares que tem o poder de decisão sobre as comunidades.

PROPOSTAS: diretrizes para a reconstrução do Rio Grande do Sul pós-enchentes

1. **Participação de lideranças femininas e feministas/grupos marginalizados:** colocar em primeiro plano as vozes dos grupos marginalizados pelo patriarcado, especialmente na liderança de projetos de recuperação, trazendo perspectivas e soluções outras, para que sejam escutadas e levadas em consideração na hora de pensar futuros projetos.
2. **Empoderamento econômico:** programas de apoio econômico (especialmente micro e pequenas empreendedoras) para restaurar o sustento perdido e fortalecer sua autonomia financeira. Programas que levem em consideração a economia do cuidado e a economia circular.
3. **Acesso a serviços de saúde e bem-estar:** ampliação de serviços de saúde mental e apoio psicossocial, especialmente para aquelas pessoas que enfrentaram traumas emocionais durante as enchentes, além de acesso melhorado à saúde sexual e reprodutiva.
4. **Educação e capacitação:** expansão de iniciativas educacionais para capacitação em áreas como construção civil, gestão de desastres, agricultura sustentável e conservação ambiental.
5. **Segurança e prevenção de violência de gênero:** reforço de programas de prevenção e combate à violência doméstica, com serviços de apoio expandidos (já que houve casos explícitos de abusos ocorridos nos abrigos construídos em meio à enchente).
5. **Sustentabilidade e meio ambiente:** promoção de projetos de reconstrução sustentável com liderança feminina em práticas de adaptação às mudanças climáticas, sendo essencial integrar soluções para promover a recuperação da natureza e restaurar os serviços ecossistêmicos em todas as decisões públicas e populacionais no Rio Grande do Sul. Investir na natureza deve ser, mais do que nunca, uma prioridade, reforçada pela emergência. Os planos de reconstrução devem incluir a restauração da vegetação nativa como infraestrutura essencial para prevenir e mitigar tragédias.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

A partir do que propõem Manzini e Jégou (2006), que enfatizam o design como um catalisador para a mudança social e ambiental, o cenário futuro feminista para o Rio Grande do Sul é embasado, principalmente, na inclusão das mulheres no processo de decisão, numa tentativa de que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam atendidas na construção de um futuro mais justo e sustentável. Além disso, as demais diretrizes visam o desenvolvimento de uma realidade com mais acesso à recursos básicos para que as mulheres consigam manter-se nesses locais de fala e escuta. É reconhecida a necessidade de trazer maior visualidade e concretude para a proposta de cenário, mas entende-se que há aqui um breve caminho traçado que pode vir a servir como referência para ações a serem colocadas em prática a fim de se chegar nesse futuro. Ou seja, essa não é uma solução final, e sim o desenho de uma estrutura embrionária, com algumas premissas básicas, primeiros passos, rumo a um futuro mais justo e sustentável, sendo crucial que a perspectiva feminista continue sendo considerada nas respostas à crise climática e social no sul do país, no Brasil e no mundo.

6 Considerações finais

Enquanto a sociedade, os governos e a economia seguirem privilegiando apenas um grupo específico de indivíduos em detrimento de outros, e seguir tomando suas decisões com base no lucro e poder, o futuro tenderá a ser um cenário ainda mais catastrófico do que a atualidade nos permite vivenciar e imaginar. Joice Berth (2023) aponta que é no questionamento das bases estruturais e na produção de consciência que se tem a oportunidade de alterá-las. A autora também argumenta que é vital para o futuro que se repense as definições de poder com relação a todas as esferas possíveis, incluindo “a formação e a manutenção das hierarquias que acarretam privilégio” (p. 264). Trabalhar um cenário futuro sob um viés feminista visa desenvolver uma perspectiva de vida melhor não só para as mulheres, mas para todos aqueles que sofrem sob as amarras do patriarcado, incluindo a natureza. O relatório da ONU Mulheres “Justiça climática feminista: um modelo para ação” (2023) reforça essa compreensão quando apresenta quatro dimensões para esse futuro: onde os direitos, o trabalho e o conhecimento das mulheres tem o seu devido valor (reconhecimento), onde os recursos econômicos e as oportunidades são partilhadas equitativamente (redistribuição), onde as decisões coletivas são tomadas com a inclusão de todas as vozes (representação) e há o reconhecimento das injustiças históricas e responsabilização perante as gerações passadas e futuras (reparação).

Em suma, a recuperação do Rio Grande do Sul será um processo lento e doloroso, assim como ocorre em outros contextos após desastres como esse vivenciado. As vidas perdidas, os meios de subsistência e as moradias destruídas, as cicatrizes físicas e emocionais são profundas e duradouras, algumas, inclusive, permanentes. Isso escancara a vulnerabilidade às mudanças climáticas e a necessidade urgente de adaptação e mitigação. O desenvolvimento de um cenário futuro feminista para o estado tem por objetivo trazer a tona e apresentar caminhos para um futuro

melhor do que o presente, servindo também como reflexão acerca de práticas de design mais justas, sustentáveis e inclusivas. Esse futuro e essas práticas devem ser caracterizadas pela inclusão, empoderamento e transformação nas lideranças em todas as fases da reconstrução e do desenvolvimento sustentável. Espera-se que, dessa forma, seja possível avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, evitando o agravamento do cenário atual. Portanto, para que haja um futuro de esperança, ele há de ser feminista.

7 Referências

BARDZELL, Shaowen. **Feminist HCI: Taking Stoch and Outlining an Agenda for Design**. In: CHI'10: CHI Conference on Human Factor in Computing Systems, 2010, Atlanta. Anais eletrônicos do CHI'10: CHI Conference on Human Factor in Computing Systems. Nova Iorque: Association for Computing Machinery, 2010. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/proceedings/10.1145/1753326>. pp.1301-1310. Acesso em: 26 jun. 2024.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões na cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

BIERNETH, André; COSTA, Camilla; SOUZA, Caroline. Os gráficos e imagens que mostram a dimensão da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**. 6 mai. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72p96eqkvxo>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRUM, Daniela. **Feminismo pra quem?** Para todas as mulheres, inclusive para aquelas que julgam não precisar dele. 1 ed. Bauru: Astral Cultural, 2020.

CELASCHI, Flaviano. Dentro al progetto: appunti di merceologia contemporanea. In: F. CELASCHI, Flaviano; DESERTI, Alessandro. **Design e innovazione: strumenti e pratiche per la ricerca applicata**. Roma: Carocci Editore, 2007. p. 15-56.

CHAGAS, Gustavo. Áreas mais pobres foram as mais atingidas pelas cheias em Porto Alegre e Região Metropolitana. **GZH**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/05/areas-mais-pobres-foram-mais-atingidas-pelas-cheias-em-porto-alegre-e-regiao-metropolitana-veja-mapas-clwi295nc005e01e973bv5lyv.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DEFESA CIVIL atualiza balanço das enchentes no RS – 24/6, 18h. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-24-6-18h>. Acesso em 24 jun. 2024.

DESERTI, Alessandro. Intorno al progetto: concretizzare l'innovazione. In: CELASCHI, Flaviano; DESERTI, Alessandro. **Design e innovazione: strumenti e pratiche per la ricerca applicata**. Roma: Carocci Editore, 2007. p. 57-121.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

FRANCO, Anielle. Prefácio. In: BRUM, Daniela. **Feminismo pra quem?** Para todas as mulheres, inclusive para aquelas que julgam não precisar dele. 1 ed. Bauru: Astral Cultural, 2020.

FRANZATO, Carlo *et al.* **Cenários eco-lógicos de ação: em direção às ecotopias**. 2023. In: SDS 2023 – IX Simpósio de Design Sustentável. 2023, Florianópolis. Anais eletrônicos [...] Florianópolis: Virtuhab, 2023. p. 111-122. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252492>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FREIRE, Karine. Inovação social dirigida pelo design. In: **Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2017.

HEILER, Marcelo. Sebastião Melo, carne de cachorro e negacionismo climático: tragédia anunciada. O prefeito de Porto Alegre é acusado de ter ignorado uma série de alertas sobre o risco de inundações pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto. **FORUM**. 23 mai. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2024/5/23/video-sebastiao-melo-carne-de-cachorro-negacionismo-climatico-tragedia-anunciada-159342.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.

JACOBSEN, Gabriel. Assembleia legislativa aprova projeto que flexibiliza regras ambientais em áreas de preservação permanente: texto de autoria do deputado delegado Zucco (Republicanos) recebeu 35 votos a favor e 13 contrários. **GZH**. 12 mar. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/03/assembleia-legislativa-aprova-projeto-que-flexibiliza-regras-ambientais-em-areas-de-preservacao-permanente-cltoqngdx002k01bvptqwg3n.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LOCATELLI, Giulia. **Design estratégico feminista: uma proposta teórico-metodológica operada no contexto da cidade**. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-graduação em Design, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023.

LOCATELLI, Giulia; FREIRE, Karine. **O design estratégico feminista como articulador de uma cidade por e para mulheres**. 2024. NO PRELO.

HINDRICHSON, Patricia Hartmann; FRANZATO, Carlo. **Design de Cenários: uma Tecnologia para Promover o Compartilhamento de Conhecimentos em Redes de Projeto**. *Revista D*. Porto Alegre, n. 4, p. 155-168, 2012.

HOOKS, bell. **O feminismo é pra todo mundo**. 16 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

MANZINI, Ezio; JÉGOU, François. Design dos Cenários. In: BERTOLA, P. MANZINI, E. **Design Multiverso | Notas de fenomenologia do design**. Milano: Edizioni POLI.design, 2006. p. 189-207.

- MASCARENHAS, Gregório. Marchezan perdeu verba milionária destinada a sistema antienchente. **Matinal News**. 07 mai. 2024. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/marchezan-perdeu-recursos-sistema-protECAo-cheias-porto-alegre/#:~:text=O%20contrato%20para%20liberaçãO%20dos,porque%20a%20prefeitura%20perdeu%20prazos>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- MAURI, Francesco. **Progettare progettando strategia**. Milano: Masson S.p.A, 1996.
- NEVES, Rafael. Desmatamento e menos controle: como gestão Leite impactou as cheias no RS. **UOL**. 15 mai. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2024/05/15/mudancas-gestao-eduardo-leite-enfraqueceram-protECAo-meio-ambiente.htm>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- PORTO ALEGRE não fez nenhum investimento em prevenção de enchentes em 2023, diz site. **CARTACAPITAL**. 07 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/porto-alegre-nao-fez-nenhum-investimento-em-prevencao-de-enchentes-em-2023-diz-site/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- ONU Mulheres. **Justiça climática feminista**: um modelo para ação. New York: UN-Women. 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2023/11/feminist-climate-justice-a-framework-for-action>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- MANUELA fala da violência política de gênero em entrevista. 15 dez. 2020. **PCdoB**. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/manuela-fala-da-violencia-politica-de-genero-em-entrevista/>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- MERONI, Ana. **Strategic design**: Where are we now? Reflection round the foundations of a recent discipline. *Strategic Design Research Journal*, vol. 1, n. 1. Unisinos, 2008.
- PEREZ, Carolina. **Mulheres Invisíveis**: o viés dos dados em um mundo projetado para homens. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- REYES, Paulo. Design territorial. In: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós- graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional**. 21 a 25 de maio. 2007. Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém: Unisinos, 2007. pp. 1-10.
- SILVA, Claudia Palma da; Bentz, Ione; FRANZATO, Carlo. **Utopias/distopias e heterotopias em dispositivos de design**: reflexão metaprojetual sobre Casas Colaborativas. *Estudos em Design*, vol. 27, n. 3. 2019. pp. 163-179. Disponível em: <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/779>. Acesso em: 5 jul. 2024.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VERGANTI, Roberto. **Design Driven Innovation**: Changing the Rules of Competition by Radically Innovating What Things Mean. 1 ed. Brighton: Harvard Business Scholl Press, 2009.

ZACAR, Cláudia Regina Hasegawa; JACO, Hadassa Demenjeon; PANDINI Julia Raniero. **Contribuições dos feminismos para a metodologia do design**. *Projetica*, vol. 13, n. 3. 2022. pp. 30-41. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/issue/view/1779>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ZURLO, Francesco. Design Strategico. *In: XXI Secolo*, vol. IV, Gli spazi e le arti. Roma: Enciclopedia Treccani. 2010.

ZURLO, Francesco. Un modello di lettura per il Design Strategico. La relazione tra design e strategia nell'impresa contemporanea. Dottorato di Ricerca in Disegno Industriale – XI ciclo. Politecnico di Milano, Milano, 1999. 247 p.